

NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

PROVA 01

ANALISTA LEGISLATIVO

SEM ESPECIALIDADE

CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **70 (setenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Atualidades	21 a 25
Ética do Servidor na Administração Pública	26 a 30

CONTEÚDO	QUESTÕES
Direito Constitucional	31 a 35
Direito Administrativo	36 a 45
Administração Financeira e Orçamentária	46 a 55
Administração Pública	56 a 65
Legislação Municipal	66 a 70

3. Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva para o espaço determinado no **CARTÃO-RESPOSTA**, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Todo o poder emana do povo.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - portando anotações, impressas ou manuscritas, em papéis que não os permitidos;
 - utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
5. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
6. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
8. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
9. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões 01 e 02.

Texto I - O aumento do consumo

Nos últimos cinquenta anos, a população mundial mais do que dobrou, indo de 2,5 bilhões (1950) para 6 bilhões (2000). Durante esse mesmo período, a industrialização permitiu que o consumo aumentasse exponencialmente; como consequência, a poluição e o lixo também aumentaram. Já faz algum tempo que o planeta vem dando sinais de que não pode suportar o nosso modo de vida, e estudos indicam que hoje, mesmo com grande parte da população mundial excluída, já consumimos 20% por ano a mais de recursos naturais renováveis do que o planeta Terra é capaz de regenerar.

André Trigueiro. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005. Pág. 39 Fragmento.

01. Para André Trigueiro, o modo de vida no planeta precisa mudar porque:
- (A) a população mundial aumentou significativamente nos últimos anos
- (B) o consumo tem sido maior do que é possível recuperar em recursos naturais
- (C) a quantidade de lixo e a poluição têm aumentado muito
- (D) o consumo excessivo exclui grande parte da população mundial
02. “Já **faz** algum tempo que o planeta vem dando sinais de que não pode suportar o nosso modo de vida”. Nesse trecho o verbo fazer é impessoal, assim como ocorre em:
- (A) No Rio de Janeiro **faz** sol o ano inteiro.
- (B) Aquele filme **faz** bem aos sentidos.
- (C) **Faz** sucesso a nova música de Joyce.
- (D) Nossa turma **faz** festas inesquecíveis.

Considere o texto II para responder às questões 03 e 04.

Texto II - Maracatu Atômico

Atrás do arranha-céu, tem o céu, tem o céu
E depois tem outro céu sem estrelas
Em cima do guarda-chuva, tem a chuva, tem a chuva
Que tem gotas tão lindas que até dá vontade de comê-las

No meio da couve-flor, tem a flor, tem a flor
Que além de ser uma flor, tem sabor
Dentro do porta-luvas, tem a luva, tem a luva
Que alguém de unhas negras e tão afiadas se esqueceu de pôr

Nelson Jacobina e Jorge Mautner; do CD *Eu Não Peço Desculpas*, de Jorge Mautner e Caetano Veloso (fragmento)

03. No texto II, é criado um jogo de sentidos por meio da articulação entre substantivos simples e compostos. Na grafia destes últimos, como **arranha-céu**, por exemplo, usa-se o hífen. Quanto ao emprego ou não do hífen, estão corretamente grafadas as palavras agrupadas em:
- (A) afro-brasileiro, contagotas, sem-cerimônia
- (B) tio-avô, plurianual, agro-industrial,
- (C) contra-regra, biorritmo, pan-negritude
- (D) auto-observação, antissemita, decreto-lei
04. Embora seja característico do uso coloquial brasileiro e esteja sendo incorporado à língua literária, deve ser evitado na escrita formal, o emprego do verbo que se constata em:
- (A) E depois **tem** outro céu sem estrelas
- (B) Que além de ser uma flor, **tem** sabor
- (C) Que alguém de unhas negras e tão afiadas se **esqueceu** de pôr
- (D) Que tem gotas tão lindas que até **dá** vontade de comê-las

Considere o texto III para responder às questões 05 e 06.

Texto III - A escola dos meus sonhos

Na escola dos meus sonhos, os alunos aprendem a cozinhar, costurar, consertar eletrodomésticos, fazer pequenos reparos de eletricidade e de instalações hidráulicas, conhecer mecânica de automóvel e de geladeira, e algo de construção civil. Trabalham na horta, marcenaria e oficinas de escultura, desenho, pintura e música. Cantam no coro e tocam na orquestra.

Uma semana ao ano integram-se, na cidade, ao trabalho de lixeiros, enfermeiras, carteiros, guardas de trânsito, policiais, repórteres, feirantes e cozinheiros profissionais. Assim, aprendem como a cidade se articula por baixo, mergulhando em suas conexões subterrâneas que, à superfície, nos asseguram limpeza urbana, socorro de saúde, segurança, informação e alimentação.

Frei Betto. *Contraversões: civilização ou barbárie na virada do século*. Emir Sader e Frei Betto. São Paulo: Boitempo, 2000. Página 210. Fragmento

05. “Na escola dos meus sonhos, os alunos aprendem a cozinhar...” Nesse caso, o uso da vírgula é obrigatório, uma vez que houve:
- (A) antecipação do adjunto adverbial
- (B) apresentação de uma enumeração
- (C) inclusão de termo com finalidade explicativa
- (D) supressão de termo que fica subentendido

06. "... em suas conexões subterrâneas que, à superfície, **nos** asseguram limpeza urbana..." Quanto ao emprego do pronome pessoal em destaque, nesse trecho, é correto afirmar que exerce a função de:
- (A) sujeito do verbo *assegurar* e se refere aos alunos da "escola dos sonhos"
- (B) sujeito do verbo *assegurar* e se refere àqueles que trabalham na cidade
- (C) complemento do verbo *assegurar* e se refere a toda a população
- (D) complemento do verbo *assegurar* e se refere aos docentes de todo o país

Considere o texto IV para responder às questões 07 e 08.

Texto IV – O sonho da psicanálise

Um dia, imaginava Freud, uma placa comemorativa seria inaugurada, com a seguinte inscrição: "Em 1895 foi revelado ao Dr. Sigmund Freud o mistério do sonho." Cem anos depois, a descoberta de Freud é homenageada não apenas com placas comemorativas, mas com o triunfo da instituição que ele criou, a psicanálise. Que já não é apenas uma forma de tratamento, mas também uma pujante instituição cultural: conta com milhares de aflitos, realiza congressos e encontros e dá origem a uma verdadeira torrente de publicações.

O mistério do sonho desvendou-se a Freud graças a uma intuição genial. Até então, tinha-se a ideia de que o sonho informava acerca do futuro, de acordo com o modelo bíblico: José interpretando os sonhos do faraó e revelando os sete anos de vacas gordas e os sete anos de vacas magras. Freud deu-se conta de que, ao contrário, o sonho fala do passado da pessoa, e sobretudo dos desejos reprimidos para o inconsciente. Esta foi também uma descoberta revolucionária – e profética: o ser humano não é governado unicamente pela razão, segundo a concepção introduzida pela modernidade, mas ele está à mercê de forças obscuras que podem explodir com violência inesperada.

Moacyr Scliar.

Disponível em: <http://www.scliar.org/moacyr/textos/o-sonho-da-psicanalise/#sthash.L9CtBQIz.dpuf>. Fragmento.

07. "já não é apenas uma forma de tratamento, mas também uma pujante instituição cultural". Verifica-se, entre essas duas orações, a seguinte relação de sentido:
- (A) explicação
- (B) alternância
- (C) oposição
- (D) adição
08. Como se constata em "ele está à mercê de forças obscuras", usa-se o sinal grave indicativo de crase em um amplo conjunto de locuções constituídas de substantivo feminino. Porém, isso **NÃO** se faz necessário em:
- (A) Os aflitos dirigem-se **as** pressas para o consultório do psicanalista.
- (B) Hoje há, inclusive, tratamento psicanalítico **a** distância.
- (C) Muitos não se sentem **a** vontade com o que os sonhos revelam.
- (D) Freud procurou expressar, **as** claras, o mistério do sonho.

Considere as informações contidas no texto V para responder às questões 09 e 10.

Texto V - O texto no contexto público

Considera-se Redação Oficial a maneira como o Poder Público elabora seus atos. Apresenta, como único emissor, o Serviço Público, representado por diferentes setores, e, como receptor, o próprio Serviço Público (quando as informações são dirigidas de um órgão a outro) ou o conjunto de cidadãos ou instituições (o público).

Como decorrência do contexto da Administração Pública, a Redação Oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, formalidade e uniformidade, clareza, precisão e concisão, critérios que garantem a compreensão da mensagem por todo cidadão [...]

Obtida com o emprego da norma culta, sistematizada pela gramática da língua padrão, e com o respeito à hierarquia, identificada nas formas de tratamento e nos fechos de comunicação, a formalidade abrange a noção de elegância e civilidade em que se deve pautar a Redação Oficial, referência de conduta para o cidadão, por constituir forma de representação da Língua Portuguesa em todo o território nacional.

Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Página 12.

09. Cabe às autoridades e aos servidores cadastrados no Sistema da Prefeitura utilizar o correio eletrônico. Sobre esse tipo de correspondência, considerando tratar-se de ato oficial, é correto afirmar que:
- (A) nesse caso, abrandam-se os critérios de formalidade previstos para o contexto público
- (B) a mensagem de correio eletrônico terá sempre valor documental
- (C) há estrutura fixa definida para a identificação e o corpo do texto
- (D) quando se enviam documentos anexos, é dispensável o registro convencional em papel
10. A frase "A comissão foi criada mediante portaria do Ministro de Estado." toma-se inadequada ao contexto público, caso seja reescrita da seguinte forma:
- (A) A comissão foi criada segundo portaria do Ministro de Estado.
- (B) A comissão foi criada valendo-se de portaria do Ministro de Estado.
- (C) A comissão foi criada através de portaria do Ministro de Estado.
- (D) A comissão foi criada por meio de portaria do Ministro de Estado.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO

11. Uma prova com apenas três questões foi aplicada para 210 candidatos. Após a correção de todas as provas verificou-se que:
- 90 candidatos acertaram a 1ª questão;
 - 110 acertaram a 2ª questão;
 - 47 acertaram a 3ª questão;
 - 18 acertaram apenas a 3ª questão;
 - 29 acertaram apenas a 2ª questão;
 - 15 acertaram as três questões;
 - todos que acertaram a 3ª questão e a 1ª questão acertaram também a 2ª.

A quantidade de candidatos que errou todas as questões corresponde a:

- (A) 53
(B) 59
(C) 63
(D) 69
12. Observe a tabela-verdade a seguir.

P	Q	$\sim Q \leftrightarrow P$
V	V	F
V	F	x
F	V	y
F	F	z

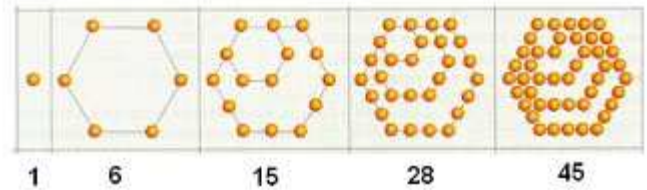
Os valores lógicos que devem substituir **x**, **y** e **z** são, respectivamente:

- (A) V, F e F
(B) F, V e V
(C) F, F e F
(D) V, V e F
13. Seja a seguinte proposição: “**existem pessoas que não acordam cedo e comem demais no almoço**”

A negação dessa proposição está corretamente indicada na seguinte alternativa:

- (A) Todas as pessoas acordam cedo ou não comem demais no almoço.
(B) Não existem pessoas que comem demais no almoço.
(C) Não existem pessoas que acordam cedo.
(D) Todas as pessoas que não acordam cedo comem demais no almoço.

14. Na figura abaixo estão representados os cinco primeiros *números hexagonais*.



O 10º número hexagonal é igual a:


- (A) 180
(B) 185
(C) 190
(D) 195
15. São verdadeiras as quatro seguintes proposições:
- P1: Se João joga futebol, então Maria não gosta de guaraná.
P2: Maria gosta de guaraná ou Paulo não estuda todo dia.
P3: Paulo não estuda todo dia se, e somente se, Carlos grita de manhã.
P4: Carlos não grita de manhã e Roberto não é flamenguista.

Com base nas proposições acima, uma conclusão necessariamente verdadeira é:

- (A) Maria gosta de guaraná e Paulo não estuda todo dia.
(B) Se João não joga futebol, então Paulo estuda todo dia.
(C) Paulo estuda todo dia e Carlos grita de manhã.
(D) Se Paulo estuda todo dia, então Roberto é flamenguista.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

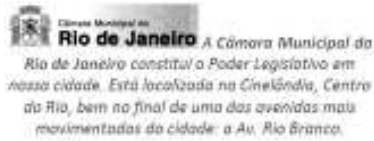
16. Atualmente existem diversos dispositivos que são integrados à configuração dos computadores: uns que operam exclusivamente na entrada ou na saída de dados, e outros que podem atuar tanto na entrada como na saída, dependendo do instante em que ocorre a transação. Dos dispositivos que operam exclusivamente na entrada e na saída são exemplos, respectivamente:
- (A) *scanner* e *pendrive*
(B) *isostick* e *plotter*
(C) *scanner* e *plotter*
(D) *isostick* e *pendrive*

17. No Windows 8, versão português brasileiro, pressionar unicamente a tecla Windows, representada pela figura , tem por finalidade:

- (A) exibir a janela do menu Iniciar
(B) classificar os ícones da área de trabalho em ordem alfabética
(C) abrir a janela do gerenciador de pastas e arquivos do sistema
(D) mostrar a caixa de diálogo Executar no canto inferior esquerdo da tela

18. Observe as figuras I e II.

I – alinhamento centralizado



II – alinhamento à direita



Após selecionar o texto em I, para obter o alinhamento à direita indicado em II deve-se executar o seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + G
- (B) Ctrl + G
- (C) Ctrl + D
- (D) Alt + D

19. A planilha abaixo foi criada no Calc do pacote LibreOffice 4.1.0.4

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	CÂMARA MUNICIPAL RJ - 2014							
2								
3	Programa de Capacitação - Treinamento							
4								
5			NOTAS					
6	#	Nome	N1	N2	N3	Média	Conceito	
7	14081	Andréa	9,5	5,9	8,6	8,0	MB	
8	14082	Frederico	4,6	5,8	5,3	5,2	R	
9	14083	Heitor	6,0	7,0	5,0	6,0	B	
10	14084	Jesus	4,9	8,9	7,7	7,2	B	

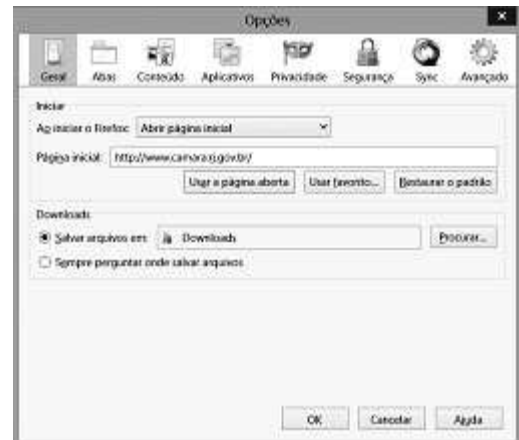
Na planilha foram realizados os procedimentos listados a seguir.

- em G7, foi inserida uma expressão que determina a média aritmética entre as três notas em D7, E7 e F7. Os valores mostrados em G8, G9 e G10 foram calculados de forma semelhante;
- em H7, foi inserida uma expressão usando a função SE, que mostra "MB" se a média é maior ou igual a 8, "B" se a média é menor que 8 e maior ou igual a 6 e "R" se a média é menor que 6.

Nessas condições, as expressões inseridas em G9 e H8 foram, respectivamente:

- (A) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))
- (B) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8>6;"B";"R"))
- (C) MED(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))
- (D) MÉDIA(D9:F9) e SE(G8>=8;"MB";SE(G8<6;"R";"B"))

20. A figura abaixo mostra a janela de Opções no browser Firefox Mozilla, indicando a definição da URL <http://www.camara.rj.gov.br/> da Câmara Municipal do RJ como página inicial.



Essa janela é exibida a partir de um clique em "Opções" em outra janela que se abre ao se acionar uma das guias da Barra de Menus

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Essa guia é:

- (A) Ferramentas
- (B) Favoritos
- (C) Editar
- (D) Exibir

ATUALIDADES

21. "A globalização caracteriza-se por ser um fenômeno de natureza complexa. A velocidade das transformações políticas, ideológicas, financeiras, produtivas é tão pronunciada que se torna difícil acompanhar todas as mudanças. As dimensões da globalização seguem ritmos diferenciados e até opostos entre si".

[BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, 35-6]

Entre as contradições internas decorrentes desse processo, é possível destacar, no contexto atual, o seguinte caso:

- (A) Malásia refratária aos estrangeiros e de mercado aberto após a crise asiática de 97
- (B) Ucrânia de regime autoritário e economia baseada no contrabando
- (C) China de regime de partido único e mercado aberto às multinacionais
- (D) Cingapura fechada ao capital internacional e de regime político democrático desde 65

22. O PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente organizou no Cairo, Egito, em 1987, uma reunião que elaborou e publicou normas e princípios para o gerenciamento ambiental, as chamadas Normas do Cairo.

Essas Normas trataram, **especificamente**:

- (A) do fluxo transfronteiriço de resíduos perigosos e seu depósito
- (B) das substâncias perigosas destruidoras da camada de ozônio
- (C) do comércio internacional de espécies da flora e fauna em extinção
- (D) da segurança ambiental global e do desenvolvimento sustentável

23. O artigo 34 da atual Constituição Brasileira prevê a intervenção da União nos Estados da Federação para assegurar aos Municípios a observância do seguinte princípio constitucional:

- (A) isonomia
- (B) moralidade
- (C) ubiquidade
- (D) autonomia

24. "O Estado, antes portador de mensagens idealmente igualitárias e emancipatórias, no socialismo e no liberalismo, além de garantidor confiável da convivência social, torna-se pós-modernamente, simples gestor da competitividade econômica, interna e internacional".

[ALVES, J. A. LINDGREN. **A Declaração dos Direitos Humanos na Pós Modernidade**. p. 6]

As características do contexto atual que explicam a situação acima descrita são:

- (A) desterritorialização e consumismo
- (B) globalização e neoliberalismo
- (C) hibridização e neomercantilismo
- (D) neocolonização e machartismo

25. "Sem manipulações esdrúxulas, a Declaração dos Direitos Humanos precisa, sim, ser fortalecida, como o foi nas grandes conferências desta década, de Viena, Cairo, Copenhague, Beijing e Istambul, naquilo que ela procura ser: um mínimo denominador comum para o universo cultural variado, um parâmetro bem preciso para o comportamento de todos, um critério de progresso para as contingências desiguais de um mundo reconhecidamente injusto, um instrumento para consecução dos demais objetivos societários sem que estes desconsiderem a dimensão humana".

[ALVES, J. A. LINDGREN. **A Declaração dos Direitos Humanos na Pós Modernidade**, p. 16]

As temáticas centrais abordadas nas duas últimas conferências citadas no texto foram, **respectivamente**:

- (A) a população e os direitos humanos
- (B) as migrações e o desenvolvimento social
- (C) a mulher e os assentamentos humanos
- (D) os refugiados e as guerras localizadas

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que:

- (A) o servidor poderá receber prêmios ou recompensas de particulares pelo bom desempenho de seu mister, desde que o valor não ultrapasse o montante de cinquenta reais
- (B) a vida pessoal do servidor em nada pode ser considerada para fins ético-profissionais, já que constitui expressão de sua autonomia privada
- (C) é vedado ao servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- (D) cabe ao servidor valer-se do bom senso para fins de atendimento a pessoas idosas ou com saúde frágil, sendo autorizada até mesmo, em casos extremados, a omissão de determinadas informações

27. Configura crime contra as Finanças Públicas a seguinte conduta:

- (A) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei
- (B) autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa previamente empenhada
- (C) executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos últimos doze meses de mandato
- (D) promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei ou resolução do Senado Federal

28. A Lei nº 8429/92 (Lei de Improbidade administrativa), no capítulo em que trata do procedimento administrativo e do processo judicial referentes a ato de improbidade, dispõe que:

- (A) no caso de ação proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica lesada, é cabível transação, acordo ou conciliação
- (B) a ação principal será proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica lesada ou por qualquer pessoa capaz devidamente qualificada, dentro de 30 dias após a efetivação de medida cautelar
- (C) a autoridade administrativa rejeitará a representação se esta não contiver as formalidades necessárias, o que impede a representação ao Ministério Público pelos mesmos fatos descritos
- (D) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade

29. As diversas condutas previstas como atos de improbidade nos incisos dos artigos 9, 10 e 11 da Lei 8429/92 constituem:
- (A) hipóteses exaustivas, o que veda a punição de condutas ímprobadas não previstas especificamente em seu texto legal
 - (B) rol exemplificativo, o que é confirmado pela utilização pela própria Lei da palavra "notadamente" antes da apresentação das condutas
 - (C) rol taxativo, o que não afasta a aplicação das normas penais previstas na própria Lei de Improbidade
 - (D) hipóteses exemplificativas, puníveis a título de culpa ou dolo, conforme disposição expressa do *caput* dos referidos artigos
30. A Lei de Improbidade Administrativa (8429/92), no que tange à prescrição prevê:
- (A) a sua inaplicabilidade, tendo em vista que a Constituição da República impõe a imprescritibilidade das condutas ímprobadas em geral
 - (B) diretamente o prazo prescricional de 5 anos no que se refere a atos praticados por ocupantes de cargo efetivo ou emprego público
 - (C) a possibilidade de propositura de ações sancionatórias até cinco anos após o término de exercício de mandato, de cargo em comissão ou função de confiança
 - (D) a remissão a leis específicas funcionais de cada Ente Federativo, em claro respeito ao Pacto Federativo, nada dispondo acerca de prazos prescricionais

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Segundo entendimento doutrinário, as constituições que logram ser lealmente cumpridas por todos os interessados, limitando efetivamente o poder, denominam-se:
- (A) constituições nominais
 - (B) constituições-garantia
 - (C) constituições normativas
 - (D) constituições estruturais
32. O método de interpretação do texto constitucional que toma a Constituição como um conjunto aberto de regras e princípios, dos quais o aplicador deve escolher aquele que seja mais adequado para a promoção de uma solução justa ao caso concreto que analisa, denomina-se:
- (A) método da tópica
 - (B) método científico-espiritual
 - (C) método clássico
 - (D) método jurídico-estruturante
33. De acordo com as concepções filosóficas justificadoras dos direitos fundamentais, é possível afirmar que, para os realistas, os direitos humanos são:
- (A) ideias, princípios abstratos que a realidade vai acolhendo ao longo do tempo
 - (B) imperativos do direito natural, anteriores e superiores à vontade do Estado
 - (C) faculdades outorgadas pela lei e regulamentadas por ela
 - (D) o resultado direto de lutas sociais e políticas
34. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, entre outros temas, sobre:
- (A) produção e consumo, bem como desapropriação
 - (B) responsabilidade por dano ao meio ambiente, bem como ao consumidor
 - (C) previdência social, proteção e defesa da saúde, bem como trânsito e transporte
 - (D) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, bem como propaganda comercial
35. Conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil sobre as súmulas vinculantes, é possível afirmar que:
- (A) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em Lei
 - (B) os Tribunais Superiores poderão, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em Lei
 - (C) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderão, por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, conjuntamente, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, cabendo proceder à sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em Lei
 - (D) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não sendo oponível à administração pública estadual e municipal, em razão do princípio da autonomia entre os Entes Federativos

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. A descentralização pode ser conceituada como:

- (A) processo eminentemente interno caracterizado pela substituição de um órgão por dois ou mais, com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço
- (B) processo caracterizado pela execução direta de tarefas pelo Estado
- (C) ato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante da Administração Pública
- (D) fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração Pública

37. Com referência às teorias de caracterização do órgão, é possível afirmar que:

- (A) de acordo com a teoria objetiva, os órgãos públicos seriam as unidades funcionais da organização administrativa
- (B) de acordo com a teoria objetiva, os órgãos públicos seriam círculos de competência ligado aos próprios agentes públicos
- (C) de acordo com a teoria eclética, os órgãos públicos seriam círculos efetivos de poder que, para tornar efetiva a vontade do Estado, não precisam estar integrados pelos agentes
- (D) de acordo com a teoria subjetiva, os órgãos públicos seriam círculos efetivos de poder que, para tornar efetiva a vontade do Estado, precisam estar integrados pelos agentes

38. Considerando a classificação dos atos administrativos quanto ao conteúdo, é possível afirmar que:

- (A) permissão é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse
- (B) admissão é o ato administrativo vinculado que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial
- (C) licença é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público
- (D) autorização é o ato administrativo vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade

39. São cláusulas de privilégios previstas na Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos):

- (A) alteração unilateral do contrato e aplicação de sanções
- (B) fiscalização unilateral e alteração do contrato
- (C) ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, quando o ajuste visa à prestação de serviços essenciais e contratação unilateral por parte do Poder Público
- (D) alteração unilateral do contrato e ocupação definitiva de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, quando o ajuste visa à prestação de serviços essenciais e contratação unilateral por parte do Poder Público

40. Conforme a Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos), são hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, respectivamente:

- (A) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e contratação de serviços técnicos relativos a pareceres, perícias e avaliações em geral, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização
- (B) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido; e contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso
- (C) contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda; e contratação de serviços técnicos relativos a patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização
- (D) contratação de serviços técnicos relativos à restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização; e contratação realizada por empresa pública e sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado

41. São cláusulas essenciais do contrato de concessão, previstas expressamente na Lei nº 8.987/95 (Lei de concessões e permissões de serviços públicos), as relativas:
- (A) ao objeto, à área e ao prazo da concessão e aos direitos e garantias individuais do concedente
 - (B) aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço e ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais
 - (C) aos bens irreversíveis e aos casos de extinção da concessão
 - (D) ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas e aos crimes a que se sujeita a concessionária
42. A concessão patrocinada pode ser conceituada como:
- (A) modalidade de parceria público-privada assim considerada a prestação de serviço de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento de instalação de bens, não comportando remuneração pelo sistema de tarifas a cargo dos usuários, uma vez que o pagamento da obra ou serviço é efetuado diretamente pelo concedente
 - (B) modalidade de serviço delegado pelo Poder Público consubstanciada em contrato administrativo pelo qual a Administração Pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse coletivo, remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários
 - (C) modalidade de parceria público-privada que se caracteriza pelo fato de o concessionário perceber recursos de duas fontes, uma decorrente do pagamento das respectivas tarifas pelos usuários, e outra, de caráter adicional, oriunda de contraprestação pecuniária devida pelo poder concedente ao particular contratado
 - (D) modalidade de parceria público-privada por meio da qual o Poder Público ajusta com pessoa jurídica ou consórcio de empresas a execução de determinada obra pública, por sua conta e risco, delegando ao construtor-parceiro, após a conclusão, sua exploração por determinado prazo
43. Com referência à gestão dos bens públicos, é possível afirmar que:
- (A) concessão de direito real de uso é o ato administrativo pelo qual a administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
 - (B) permissão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente
 - (C) concessão de uso especial é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere ao particular o direito real resolúvel de uso de terreno público ou sobre espaço aéreo que o recobre, para os fins que, prévia e determinadamente, o justificaram
 - (D) concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente
44. As limitações administrativas podem ser conceituadas como:
- (A) modalidade de intervenção restritiva estatal consubstanciada em determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social
 - (B) modalidade de intervenção restritiva estatal pela qual o Poder Público usa transitoriamente imóveis privados, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos
 - (C) modalidade de intervenção restritiva estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente
 - (D) modalidade de intervenção restritiva estatal consubstanciada em direito real público, instituído em favor do Estado para atender a fatores de interesse público
45. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:
- (A) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular
 - (B) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie
 - (C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público durante a atividade
 - (D) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistenciais, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

46. Em abril de 2013, verificou-se que um determinado município tinha ultrapassado o seu limite com despesa total com pessoal, sem conseguir eliminar a parcela excedente até o final do exercício financeiro. Nesse caso, conforme a legislação vigente, o município sofrerá algumas sanções. Entre essas sanções, **NÃO** se inclui:
- (A) contratar operações de crédito para abertura de crédito adicional suplementar
- (B) receber transferências voluntárias da União
- (C) obter garantia direta ou indireta de outro ente federativo
- (D) contratar operações de crédito para refinarciar a dívida mobiliária
47. No que diz respeito ao conceito e às classificações orçamentárias das despesas públicas, é correto afirmar que:
- (A) os gastos relativos a serviços em regime de programação especial são apropriados como despesas de capital-investimento
- (B) podem ser classificadas, em um primeiro momento, em dois grandes grupos, a saber: despesas orçamentárias e despesas extraordinárias
- (C) os valores relativos aos empréstimos concedidos são apropriados como transferências de capital
- (D) na classificação funcional, as funções correspondem aos meios e aos instrumentos de ações organicamente articulados para o cumprimento das metas governamentais
48. No que concerne ao processo orçamentário, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) na lei orçamentária não se veda a possibilidade de abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita
- (B) a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto
- (C) em casos urgentes e relevantes, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ainda que incompatíveis com o plano plurianual, poderão ser aprovadas
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, as disposições relativas às despesas com pessoal e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários

49. Com base nas normas vigentes, a identificação da natureza da receita orçamentária é efetuada por oito dígitos numéricos, subdivididos em seis níveis. O nível de classificação que permite identificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos corresponde à:

- (A) categoria econômica
- (B) espécie
- (C) origem
- (D) rubrica

50. Em 2013, uma determinada prefeitura registrou os seguintes ingressos de recursos financeiros ocorridos no seu caixa: (valores em R\$)

Impostos sobre Serviços.....	30.000
IPTU.....	21.500
Aluguéis de imóveis.....	12.500
Alienação de títulos mobiliários.....	20.000
Operações de crédito internas.....	50.000
Alienação de bens móveis.....	13.000
Tarifa de pedágios.....	2.000
Arrendamentos.....	4.000
Dividendos de empresas públicas.....	12.000
Recebimento da Dívida Ativa Tributária.....	4.000

Pode-se afirmar que o montante correspondente às receitas patrimoniais arrecadadas foi igual a:

- (A) R\$ 28.500,00
- (B) R\$ 43.500,00
- (C) R\$ 33.000,00
- (D) R\$ 49.500,00

51. Uma determinada prefeitura, devidamente autorizada, adquiriu no exercício financeiro de 2013, uma pequena clínica médica que funcionava em um dos seus distritos, com a intenção de aumentar a sua capacidade de atendimentos laboratoriais. Nesse caso, em cumprimento às normas vigentes, a despesa orçamentária efetuada foi classificada, quanto ao grupo de natureza da despesa, como:

- (A) investimento
- (B) transferência de capital
- (C) despesa corrente
- (D) inversão financeira

52. Com base na doutrina e nos enunciados dos diversos princípios orçamentários, é correto afirmar que:
- (A) o princípio da anualidade proíbe a incorporação dos créditos adicionais especiais e extraordinários à Lei Orçamentária do exercício financeiro subsequente
 - (B) o princípio do orçamento bruto determina que o orçamento deve conter as receitas e despesas do município, de qualquer natureza, precedência ou destino, inclusive a dos fundos
 - (C) um dos objetivos do princípio orçamentário da universalidade é impedir que o prefeito realize operações de crédito sem prévia autorização da Câmara Municipal
 - (D) segundo o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter matéria orçamentária, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e fixação da despesa.
53. A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. O limite aplicável para a sua realização, de acordo com a legislação vigente, está definido a um percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). Supondo-se que, numa determinada data, o valor apurado da RCL de um município foi igual a R\$ 500.000,00 a operação de ARO, no exercício, estaria limitada ao seguinte montante:
- (A) R\$ 35.000,00
 - (B) R\$ 57.500,00
 - (C) R\$ 80.000,00
 - (D) R\$ 110.000,00
54. Com relação ao Orçamento-Programa, pode-se afirmar que:
- (A) as despesas são fixadas para serem aplicadas nas categorias econômicas, elementos, subelementos e itens de despesas
 - (B) as despesas são fixadas para serem aplicadas nas funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais
 - (C) em sua estrutura, são totalmente priorizados os aspectos contábeis da gestão e os critérios de classificação baseiam-se em unidades administrativas
 - (D) são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício financeiro

55. A Lei Orçamentária de 2013 do Município de Estrela Branca previa receitas e fixava despesas no valor de R\$ 500.000,00. No decorrer do exercício financeiro, foram aprovados e abertos os seguintes créditos adicionais:

15/jul – crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 com recursos de superávit financeiro de 2012;

01/set – crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 com recursos provenientes da anulação parcial de dotação anterior;

11/nov – crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 proveniente do excesso de arrecadação apurado até o final de outubro.

Sabendo-se que só houve essas retificações na Lei orçamentária, pode-se afirmar que o montante da despesa autorizada no exercício foi igual a:

- (A) R\$ 650.000,00
- (B) R\$ 620.000,00
- (C) R\$ 610.000,00
- (D) R\$ 590.000,00

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

56. A instituição democrática introduzida na administração pública brasileira pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é integrada por representantes do Estado, do Ministério Público e de entidades representativas da sociedade, e que tem por finalidade acompanhar e avaliar, de forma permanente, a gestão pública, é denominada conselho:
- (A) administrativo de defesa econômica
 - (B) tutelar
 - (C) de gestão fiscal
 - (D) de ética e decore da gestão pública
57. A modalidade de parceria público-privada na qual a venda representa a transferência de propriedade de um ativo já em operação, acompanhada da obrigação de operação e eventual expansão pelos novos controladores, é a:
- (A) *built-operate-transfer*
 - (B) *buy-build-operate*
 - (C) *built-transfer-operate*
 - (D) *built-own-operate*

58. A aplicação prática da teoria motivacional dos Dois Fatores de Herzberg, que consiste em incrementar os fatores motivacionais de um cargo ou de um grupo de cargos, cujos ocupantes tenham responsabilidade sobre a mesma tarefa, aumentando sua variabilidade, por meio de delegações e incorporações de tarefas correlatas, é denominada:
- (A) amplitude administrativa
 - (B) fator ambiental
 - (C) compensação
 - (D) enriquecimento do trabalho
59. A filosofia administrativa segundo a qual os indivíduos são obrigados a responder pela maneira como utilizam sua autoridade e assumem a responsabilidade de desempenhar atividades predeterminadas, refere-se à:
- (A) delegação
 - (B) divisão do trabalho
 - (C) credibilidade
 - (D) responsabilidade
60. Na gestão contemporânea, o aprendizado gerencial é o processo pelo qual os indivíduos adquirem novos conhecimentos, atitude e valores em relação ao trabalho administrativo. Quando o indivíduo se torna capaz de interferir intencionalmente no sistema organizacional, evidenciando melhor conhecimento de si próprio, de seu papel na organização, dos objetivos e do contexto em que a empresa opera, além do comprometimento com a missão socioeconômica da organização em que trabalha, demonstra habilidades:
- (A) de ação
 - (B) cognitivas
 - (C) analíticas
 - (D) comportamentais
61. Uma determinada empresa encontra-se inserida num contexto em que, no diagnóstico externo, há a predominância de oportunidades e, no ambiente interno, a predominância de pontos fracos. Nesse caso, dentre as posturas estratégicas, a empresa pode adotar as seguintes:
- (A) estabilidade, nicho e diversificação
 - (B) inovação, expansão e internalização
 - (C) redução de custos, especialização e *join venture*
 - (D) desinvestimento, liquidação do negócio e desenvolvimento
62. O indicador utilizado no monitoramento do desempenho do processo de negócio que indica a quantidade de resultados ou saídas geradas por um sistema num período de tempo é o:
- (A) *set up*
 - (B) *lead time*
 - (C) *throughput*
 - (D) *kanban*
63. Considere a hipótese de que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui uma indústria de componentes de concreto e que o gestor deseja, através de uma mudança radical nas práticas tradicionais, diminuir o estoque desnecessário, eliminar tarefas que não agregam valor, minimizar custos, retrabalho e otimizar processos, produzindo os componentes somente no exato momento em que são necessários. Essas práticas referem-se à seguinte metodologia:
- (A) *Just-in-time*
 - (B) *Capacity Resource Planning*
 - (C) *Material Requeriment Planning*
 - (D) *Enterprice Resource Planning*
64. Numa determinada organização, o trabalho é estável e os conflitos são mínimos, o gerente do programa possui autoridade de linha sobre todo o projeto, designa trabalhos e conduz as avaliações de desempenho. Nessa organização desenvolvem-se canais sólidos de comunicação e cada indivíduo se reporta a apenas uma pessoa, resultando em um tempo de reação muito rápido. Pode-se afirmar que a estrutura organizacional, nesse caso, é do tipo:
- (A) linha-staff
 - (B) por produto
 - (C) clássico
 - (D) matricial

65. As barreiras ocorrem nas comunicações empresariais porque as pessoas podem, por diversos fatores, ver a mesma mensagem de maneiras diferentes. Entre as barreiras que afetam o processo de codificação estão as seguintes:

- (A) tendência avaliativa e quadro de referência
- (B) escuta seletiva e ideias preconcebidas
- (C) ausência de *feedback* e suposições sobre o emissor
- (D) quadro de referência e sensibilidade interpessoal

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

66. De acordo com o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, o orçamento deve:

- (A) compreender, obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento
- (B) abranger as receitas e as despesas relacionadas a todos os poderes e órgãos da administração direta, excluídas as entidades da administração indireta que, em razão de sua autonomia financeira, elaborarão orçamentos específicos a serem enviados ao Legislativo até o dia 01 de agosto de cada ano
- (C) compreender as despesas e receitas do Poder Executivo, órgãos e fundos da administração direta, excluídos o Poder Legislativo e as Entidades da administração indireta, que devem elaborar orçamentos próprios, a serem votados até o fim de cada Legislatura
- (D) abranger, obrigatoriamente, as receitas e despesas relativas a todos os poderes e órgãos da administração direta e das fundações públicas, excluídos os fundos e as Entidades da administração indireta que detenham orçamento próprio

67. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro contempla emendas ao seu próprio texto, havendo a previsão específica de que:

- (A) pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a alterar ou substituir os símbolos, ou a denominação do Município
- (B) a matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
- (C) a proposta de emenda será discutida e votada em turno único, e considerada aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal
- (D) em simetria com a Constituição da República, a Lei Orgânica prevê como legitimados para propor emendas à Lei Orgânica os membros do Poder Legislativo e o Chefe do Executivo, alijando a população de importante instrumento legislativo

68. Segundo o disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município é pessoa jurídica de direito público interno dotada de:

- (A) soberania política, exercida por meio da eleição direta do Prefeito e dos Vereadores e indireta do Vice-Prefeito, e autonomia legislativa, nos limites definidos pela Constituição da República e pela Constituição do Estado
- (B) autonomia financeira, garantida pelo repasse de verbas federais e estaduais a serem aplicadas nas áreas de saúde e educação infantil, primordialmente, e subsidiariamente na organização dos serviços públicos de interesse local
- (C) soberania política e autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos delegados pela União e pelo Estado e administração própria dos assuntos de interesse local
- (D) autonomia legislativa, através do exercício pleno pela Câmara Municipal das competências e prerrogativas que lhe são conferidas pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal

- 69.** O Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando se refere à Mesa Diretora, determina que:
- (A) após a elaboração da proposta orçamentária pelo Prefeito, compete à Mesa Diretora sua aprovação e encaminhamento ao Plenário sob a forma de Resolução, a ser incluída na proposta do Município
 - (B) compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições, propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e dos seus serviços, bem como encaminhar as contas anuais ao Tribunal de Contas do Município
 - (C) a Mesa Diretora decidirá, pelo voto mínimo de 2/3 dos seus membros, acerca de propostas de alteração, reforma ou substituição do Regimento Interno da Câmara Municipal
 - (D) a eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal realizar-se-á a 1º de janeiro do primeiro ano da Legislatura, sob a Presidência do Vereador mais votado
- 70.** O Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro classifica como despesas de capital:
- (A) as dotações destinadas a atender compromissos de cujo pagamento resultem bens públicos de uso comum ou mutações compensatórias nos elementos do patrimônio
 - (B) os compromissos assumidos pelo Município no atendimento dos serviços e encargos de interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, da lei, ou em decorrência de contratos e outros instrumentos
 - (C) as dotações destinadas a atender compromissos cujo pagamento importará em baixa de disponibilidade sem compensação patrimonial
 - (D) os compromissos para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive os destinados a atender à conservação, adaptação e reparos de bens móveis